



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FERNANDÓPOLIS - FEF
FACULDADES INTEGRADAS DE FERNANDÓPOLIS - FIF

CRISTIANE FERNANDA DIAS NASCIMENTO
RENATA TEODORO GONZAGA

**A INCLUSÃO DA PESSOA IDOSA NOS SERVIÇOS DE
CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NO MUNICÍPIO
DE PEDRANÓPOLIS/SP**

FERNANDÓPOLIS- SP
2025

**CRISTIANE FERNANDA DIAS NASCIMENTO
RENATA TEODORO GONZAGA**

**A INCLUSÃO DA PESSOA IDOSA NOS SERVIÇOS DE
CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NO MUNICÍPIO
DE PEDRANÓPOLIS/SP**

Monografia apresentada à Faculdades Integradas de Fernandópolis – FIFE, como requisito para conclusão do curso de Serviço Social.

Orientador: Profº. André Luiz Azadinho Campos

**FERNANDÓPOLIS/SP
2025**

FOLHA DE APROVAÇÃO

**Cristiane Fernanda Dias Nascimento
Renata Teodoro Gonzaga**

A INCLUSÃO DA PESSOA IDOSA NOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NO MUNICÍPIO DE PEDRANÓPOLIS/SP

Monografia apresentada à Faculdades Integradas de Fernandópolis – FIFE, como requisito para conclusão do curso de Serviço Social.

Aprovada em: ____/____/2025

Examinadores:

Prof. André Luiz Azadinho Campos

Prof. Me. Richards Cramolichi

Prof. Iara Rosane da Costa Rufato Oliveira

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho às nossas famílias, que foram nossa base, nosso refúgio e nossa maior fonte de força nos momentos desafiadores. Àqueles que sempre acreditaram em nós e que, com amor, paciência e apoio incondicional, tornaram possível a realização deste sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, primeiramente, a Deus, pela força, saúde e sabedoria concedidas ao longo desta jornada.

Manifestamos nossa gratidão às nossas famílias, que sempre nos ofereceram amor, compreensão e apoio incondicional, sustentando-nos nos momentos de maior cansaço e motivando-nos a seguir firmes até a conclusão desta etapa.

Agradecemos ainda aos docentes do curso de Serviço Social, pela dedicação e compromisso com a formação acadêmica, e ao nosso orientador, pela paciência, pelas orientações criteriosas e pela confiança depositada em nosso trabalho.

Estendemos nossos agradecimentos à Universidade que nos acolheu e proporcionou a base necessária para nosso desenvolvimento profissional e humano.

Por fim, agradecemos a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta monografia. Cada gesto de apoio e cada palavra de incentivo foram fundamentais para que chegássemos até aqui.

RESUMO

O envelhecimento populacional tem se intensificado no Brasil, especialmente em municípios de pequeno porte, nos quais a redução da população jovem e a ampliação da longevidade configuram novos desafios para as políticas públicas de proteção social. Este estudo tem por objetivo analisar a contribuição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para a inclusão social da pessoa idosa no município de Pedranópolis/SP, considerando seus indicadores demográficos, socioeconômicos e o marco legal da política de assistência social. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada exclusivamente em fontes bibliográficas e documentais públicas, incluindo legislações, relatórios oficiais, estudos científicos e bases estatísticas como IBGE, Fundação Seade e Atlas Brasil. A análise dos materiais foi conduzida à luz da técnica de análise temática proposta por Bardin, permitindo identificar categorias recorrentes relativas ao envelhecimento, vulnerabilidade e convivência. Os resultados evidenciam que o município de Pedranópolis/SP apresenta um processo avançado de envelhecimento, com proporção elevada de pessoas idosas, baixa renda per capita e significativo número de pessoas idosas vivendo sozinhas, o que intensifica os riscos sociais e reforça a necessidade de ações preventivas. A literatura demonstra que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) desempenha papel central na promoção de vínculos, autonomia e participação social, sendo uma política pública essencial para assegurar envelhecimento digno e inclusão comunitária. Conclui-se que o SCFV se configura como estratégia fundamental de fortalecimento da proteção social básica no município.

Palavras-chave: Assistência social. Envelhecimento. Inclusão social. Política pública. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

ABSTRACT

Population aging has intensified in Brazil, especially in small municipalities where the reduction of the young population and the increase in longevity pose new challenges for public social protection policies. This study aims to analyze the contribution of the Social Assistance Service for Coexistence and Strengthening of Bonds (SCFV) to the social inclusion of older adults in the municipality of Pedranópolis/SP, considering its demographic and socioeconomic indicators as well as the legal framework of social assistance policy. The research is qualitative, exploratory, and descriptive, based exclusively on bibliographic and publicly available documentary sources, including legislation, official reports, scientific studies, and statistical databases such as IBGE, Fundação Seade, and Atlas Brasil. The analysis was conducted using Bardin's thematic content approach, which allowed the identification of recurring categories related to aging, vulnerability, and social coexistence. The results indicate that Pedranópolis is experiencing an advanced aging process, with a high proportion of elderly residents, low per capita income, and a significant number of older adults living alone, which intensifies social risks and reinforces the need for preventive social policies. The literature demonstrates that the Social Assistance Service for Coexistence and Strengthening of Bonds (SCFV) plays a key role in promoting social bonds, autonomy, and community participation, making it an essential public policy for ensuring dignified aging and social inclusion. It is concluded that the Social Assistance Service for Coexistence and Strengthening of Bonds (SCFV) represents a fundamental strategy for strengthening basic social protection within the municipality.

Keywords: Aging. Public policy. Social Assistance Service for Coexistence and Strengthening of Bonds (SCFV). Social assistance. Social inclusion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 ENVELHECIMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E PROTEÇÃO SOCIAL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS	14
1.1 Transformações demográficas e envelhecimento no Brasil contemporâneo.....	15
1.2 Perspectivas teóricas sobre velhice: sociologia, gerontologia e políticas públicas.....	16
1.3 Bases legais da proteção à pessoa idosa.....	17
1.4 Organização da Assistência Social e a proteção social básica.....	18
1.5 O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e sua dimensão socioeducativa.....	18
1.6 A atuação do assistente social no campo do envelhecimento e da convivência.....	19
2 A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS IDOSOS NAS OFICINAS DO SCFV: REFLEXÕES A PARTIR DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO MUNICÍPIO DE PEDRANÓPOLIS	21
2.1 Oficinas de Produção Artística e Artesanato: criatividade, identidade e pertencimento.....	23
2.2 Oficinas de Memória e Estímulo Cognitivo: identidade, reconhecimento e prevenção do declínio.....	26
2.3 Oficinas Corporais e Atividades Físicas: saúde integral, autonomia e convivência.....	30
2.4 Atividades Socioculturais e Educativas: convivência, identidade coletiva e cidadania.....	33
3 ENVELHECIMENTO, VULNERABILIDADES E O PAPEL DO SCFV NO MUNICÍPIO DE PEDRANÓPOLIS/SP	37
3.1 O Cenário Demográfico do Envelhecimento no município de Pedranópolis/SP.....	37
3.2 Condições socioeconômicas e vulnerabilidades associadas ao envelhecimento.....	40
3.3 O papel do O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) segundo a literatura e sua relação com o contexto do município de Pedranópolis/SP.....	42

3.4 Síntese interpretativa final.....	46
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	51

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional tem se tornado uma realidade marcante no cenário brasileiro contemporâneo, trazendo mudanças significativas nas dinâmicas sociais, econômicas e culturais do país. O Brasil, que historicamente se caracterizava como uma nação de população jovem, passou nas últimas décadas por uma transformação estrutural profunda, marcada pelo aumento expressivo do número de pessoas idosas. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população com 60 anos ou mais cresceu mais de 57% em 12 anos, passando de 11,3% para 14,7% da população total. Essa transição demográfica exige a ampliação de políticas públicas capazes de assegurar proteção, autonomia e participação social às pessoas idosas, que muitas vezes enfrentam situações de isolamento, dependência ou vulnerabilidade social.

O envelhecimento, embora seja uma conquista social, ainda está permeado por representações negativas e por desafios relacionados ao rompimento ou enfraquecimento dos vínculos sociais. Yazbek (2014) destacam que muitos idosos vivenciam sentimentos de inutilidade e afastamento da sociedade, seja pela saída do mercado de trabalho, pela perda de papéis sociais, ou pelas mudanças familiares contemporâneas. Esses fatores contribuem para o que os autores chamam de “distanciamento social da velhice”, que, quando agravado por condições econômicas precárias ou limitações de acesso aos serviços públicos, pode constituir um cenário de vulnerabilidade e risco social.

Nesse contexto, a proteção social à pessoa idosa é uma exigência ética, política e constitucional. A Constituição Federal de 1988 assegura, em seu artigo 230, que “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”. (BRASIL, 1988). O Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n.º 10.741/2003) aprofunda esses direitos, estabelecendo mecanismos para prevenir e enfrentar negligência, discriminação, violência e exclusão, além de reafirmar a pessoa idosa como sujeito de direitos. A proteção social destinada a essa população, dentro do campo da Assistência Social, tem se fortalecido

especialmente com a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Entre os serviços ofertados pela Proteção Social Básica destaca-se o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), regulamentado pela Resolução nº 109/2009 (BRASIL, 2009). Voltado para diferentes ciclos de vida, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) destina ao público idoso ações que promovam o envelhecimento ativo, autonomia, sociabilidade e a manutenção de vínculos familiares e comunitários. Conforme previsto na resolução nº 109/2009

“[...] A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir”. (BRASIL, Resolução nº 109, 2009, p. 18)

Assim a vivência coletiva, as atividades culturais, artísticas e socioeducativas e a valorização das histórias e experiências constituem, conforme a Tipificação, formas de expressão e proteção social fundamentais para essa faixa etária.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005) define o envelhecimento ativo como um processo que visa otimizar as oportunidades de saúde, participação e segurança, de modo a ampliar a qualidade de vida ao longo do envelhecimento. Nessa perspectiva, iniciativas como os Centros de Convivência do Idoso (CCI), vinculados ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), tornam-se essenciais ao oferecer espaços de socialização, construção de vínculos, fortalecimento da autoestima, troca de experiências e prevenção de situações de isolamento.

No município de Pedranópolis/SP, o Centro de Convivência do Idoso (CCI) desempenha papel central na garantia de direitos e na promoção da inclusão social das pessoas idosas. O serviço atende idosos em situação de vulnerabilidade social, tais como beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), idosos dependentes de programas de transferência de renda ou que experimentam situações de isolamento e fragilização de vínculos. As atividades desenvolvidas no Centros de Convivência do Idoso (CCI), realizadas diariamente, incluem ações

socioeducativas, rodas de conversa, práticas culturais, oficinas, atividades de lazer, entre outras que visam promover a convivência, participação social e qualidade de vida.

Considerando esse cenário, o tema deste Trabalho de Conclusão de Curso aborda a inclusão da pessoa idosa nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no município de Pedranópolis/SP. O recorte do estudo concentra-se especificamente no funcionamento do Centros de Convivência do Idoso (CCI)/Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e em sua contribuição para o envelhecimento ativo, para o fortalecimento de vínculos e para a melhoria da qualidade de vida dos idosos atendidos. Diante disso, o problema de pesquisa que orienta este estudo pode ser sintetizado na seguinte questão: Como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) contribui para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa atendida pelo Centro de Convivência do Idoso do município de Pedranópolis/SP?

A partir dessa problemática, este estudo tem como objetivo geral analisar como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) contribui para a inclusão social da pessoa idosa no município de Pedranópolis/SP, a partir de dados bibliográficos, estatísticos e documentos públicos sobre envelhecimento, proteção social e políticas de convivência.

Como objetivos específicos, estabelecem-se:

1. Caracterizar o perfil demográfico e socioeconômico da população idosa do município de Pedranópolis/SP, baseado em fontes secundárias oficiais (IBGE, Seade, Atlas Brasil).
2. Examinar vulnerabilidades sociais associadas ao envelhecimento, relacionando-as ao papel preventivo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).
3. Analisar a literatura científica sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), identificando evidências de sua contribuição para inclusão, convivência e fortalecimento de vínculos.

A justificativa deste estudo fundamenta-se na necessidade de compreender como políticas públicas de convivência contribuem para a garantia de direitos da pessoa idosa em municípios pequenos, onde recursos podem ser limitados e as vulnerabilidades sociais mais acentuadas, a relevância de analisar como o Centros de Convivência do Idoso (CCI) contribui para o enfrentamento das expressões da questão social que atingem a população idosa, como o isolamento, a fragilidade dos vínculos familiares, a pobreza e o acesso restrito aos direitos sociais. Estudos como os de Silva e Silva (2018) evidenciam que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) constitui um espaço privilegiado de proteção e inclusão, sendo fundamental compreender como essas ações se materializam no contexto do município de Pedranópolis/SP. Além disso, o aumento do número de idosos no Brasil reforça a necessidade de estudos que possam subsidiar melhorias na execução dos serviços socioassistenciais.

A metodologia adotada neste estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada exclusivamente em análise bibliográfica e documental. E optou-se pela utilização de fontes secundárias de caráter público e verificável, contemplando documentos oficiais, legislações, relatórios institucionais sobre políticas públicas, indicadores sociodemográficos e pesquisas acadêmicas recentes.

A análise bibliográfica foi construída a partir de autores clássicos e contemporâneos que abordam o envelhecimento, a proteção social e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), incluindo Neri (2014), Minayo (2015), Camarano (2020), Debert (1999) e outros referenciais basilares para o tema. A pesquisa documental envolveu o levantamento de dados estatísticos oficiais disponibilizados por instituições como IBGE, Fundação Seade, Atlas Brasil, ONU, além de documentos normativos como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009).

A seleção e organização dos materiais seguiu os princípios da análise temática proposta por Bardin (2011), que permite identificar categorias de sentido, recorrências e articulações entre os diferentes materiais. Esse procedimento

metodológico possibilitou compreender como as políticas públicas, em especial o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), respondem às demandas da população idosa no contexto do município de Pedranópolis, mesmo na ausência de dados empíricos primários.

Dessa forma, a abordagem metodológica escolhida assegura rigor científico, coerência teórica e compromisso ético, permitindo analisar de modo aprofundado as relações entre envelhecimento, vulnerabilidade social e políticas de convivência.

Por fim, esta monografia organiza-se em quatro capítulos. O Capítulo 1 apresenta a fundamentação teórica, abordando as transformações demográficas do envelhecimento no Brasil, os principais referenciais sociológicos e gerontológicos, o marco legal de proteção à pessoa idosa, a organização da Assistência Social e as especificidades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, incluindo também o papel do assistente social nesse campo de atuação. O Capítulo 2 traz a análise e discussão dos resultados, estruturada em quatro eixos: o cenário demográfico do município de Pedranópolis, as condições socioeconômicas e vulnerabilidades associadas ao envelhecimento, o papel do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) segundo a literatura e sua articulação com o contexto local, além de uma síntese interpretativa final. O Capítulo 3 apresenta as considerações finais, retomando os objetivos e destacando as principais conclusões do estudo. Por fim, são apresentadas as referências utilizadas, seguindo as normas da ABNT.

1 ENVELHECIMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E PROTEÇÃO SOCIAL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

1.1 Transformações demográficas e envelhecimento no Brasil contemporâneo

O envelhecimento populacional é um dos fenômenos sociais mais significativos do século XXI, impactando diretamente a organização das políticas sociais e os modelos de proteção. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2022), até 2050 o número de pessoas com 60 anos ou mais no mundo deve ultrapassar 2 bilhões, marcando uma transição demográfica sem precedentes. No Brasil, essa tendência ocorre de forma ainda mais acelerada. Projeções do IBGE (2023) apontam que, em 2060, 1 em cada 3 brasileiros será idoso, colocando o país entre os mais envelhecidos do mundo.

Esse cenário é resultado da combinação entre aumento da expectativa de vida, queda nas taxas de fecundidade e urbanização acelerada. Como destaca Berquó (2018), a redução no número médio de filhos por mulher e a melhoria das condições de saúde contribuíram para um “ritmo de envelhecimento mais intenso do que o verificado em países desenvolvidos”, o que implica desafios complexos para o Estado brasileiro.

Além das mudanças quantitativas, há mudanças qualitativas no processo de envelhecer. Debert (1999) argumenta que o envelhecimento deve ser compreendido para além da dimensão biológica, pois envolve transformações socioculturais, reorganização de papéis e redefinição das identidades sociais. Já Minayo (2015) sublinha que a velhice é um fenômeno plural e desigual: “não existe um envelhecimento, mas envelhecimentos”, influenciados por classe social, gênero, raça e trajetória de vida.

No contexto brasileiro, tais desigualdades ficam evidentes. Dados do IPEA (2021) mostram que idosos pobres apresentam maior incidência de doenças crônicas, vivem em moradias mais precárias e têm menos acesso a serviços públicos. Dessa forma, políticas de proteção social, como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), tornam-se fundamentais para enfrentar vulnerabilidades e promover qualidade de vida.

1.2 Perspectivas teóricas sobre velhice: sociologia, gerontologia e políticas públicas

Ao longo do tempo, diferentes abordagens teóricas buscaram compreender o envelhecimento. Na sociologia, Simone de Beauvoir (1970) foi uma das primeiras autoras a afirmar que a velhice é construída socialmente, defendendo que “não se nasce idoso: torna-se” — destacando que a idade é também um marcador simbólico e político. Já Rowe e Kahn (1997), no campo da gerontologia, desenvolveram o conceito de “envelhecimento bem-sucedido”, caracterizado pela baixa probabilidade de doenças, alto funcionamento físico e engajamento ativo na vida. Esse modelo influenciou políticas de envelhecimento ativo, embora também tenha sido criticado por sua visão normativa.

Canguilhem (2009) contribuiu ao afirmar que saúde e envelhecimento são processos dinâmicos e variáveis, não podendo ser reduzidos a padrões biológicos rígidos. Neri (2014), referência brasileira no campo do envelhecimento, reforça essa visão ao argumentar que “o envelhecimento é uma fase de possibilidades, aprendizado e reconstrução da identidade”.

No campo das políticas públicas, o paradigma contemporâneo desloca o olhar da velhice como problema para a velhice como potência. Minayo e Coimbra (2002) apontam que programas sociais baseados na convivência e participação reforçam a autonomia e fortalecem o senso de pertencimento dos idosos. Esse entendimento fundamenta políticas como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e os Centros de Convivência do Idoso (CCI), que atuam sobre dimensões psicossociais essenciais para a dignidade humana.

1.3 Bases legais da proteção à pessoa idosa

O conjunto de legislações brasileiras e internacionais voltadas à proteção da pessoa idosa forma um corpo normativo abrangente que orienta a oferta de serviços e garante direitos fundamentais.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, no artigo 230, que “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar”. Essa diretriz inaugura uma nova visão de responsabilidade compartilhada na proteção da pessoa idosa.

A Lei nº 8.842/1994 instituiu a Política Nacional do Idoso (PNI), que prevê ações intersetoriais e assegura direitos à saúde, assistência social, educação, cultura e participação comunitária. Em 2003, o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) ampliou e detalhou esses direitos, estabelecendo garantias como prioridade de atendimento, proteção contra violência e acesso à convivência familiar e comunitária. O Estatuto determina que “é obrigação do Estado garantir ao idoso a proteção à vida e à saúde, mediante políticas públicas sociais” (BRASIL, 2003).

No campo da assistência social, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/1993) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) estruturaram o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), definindo a convivência como uma dimensão essencial da proteção social básica.

No plano internacional, destaca-se a Convenção Interamericana sobre os Direitos da Pessoa Idosa (2015), ratificada pelo Brasil em 2017, a qual reconhece o idoso como sujeito de direitos humanos e estabelece como princípio a “participação plena e efetiva na sociedade”. A Convenção reforça o dever dos Estados de promover ações de convivência, cultura, lazer e inclusão digital.

Também importante é o Plano de Ação Internacional de Madrid sobre o Envelhecimento (ONU, 2002), que orienta os países a promover “ambientes favoráveis ao envelhecimento” por meio de políticas de participação e combate ao isolamento.

1.4 Organização da Assistência Social e a proteção social básica

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) representa uma das políticas públicas mais estruturadas do Brasil, com atuação territorializada, articulada e orientada por princípios éticos e socioeducativos. Segundo Yasbek (2018), o SUAS materializa uma visão ampliada de proteção social, que não se limita à transferência de renda, mas abrange ações de convivência, fortalecimento da autonomia, prevenção de violências e ampliação de capacidades.

A Proteção Social Básica, ofertada principalmente pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), tem como objetivo prevenir situações de vulnerabilidade por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos. A PNAS (2004) destaca que essa proteção deve “garantir convívio familiar e comunitário, possibilitando experiências que promovam sociabilidade e participação”.

A vigilância socioassistencial, outro componente do SUAS, é responsável por identificar vulnerabilidades no território, subsidiando a organização dos serviços. Como observa Sposati (2010), o SUAS introduziu a ideia de que o território não é apenas espaço geográfico, mas “espaço de relações, trajetórias e desigualdades”.

Dentro desse conjunto, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) se destaca pela capacidade de articular dimensões subjetivas, sociais e comunitárias, atendendo especialmente populações como crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.

1.5 O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e sua dimensão socioeducativa

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), regulamentado pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), é definido como um serviço continuado, com ações coletivas, que objetiva fortalecer vínculos, prevenir isolamento e estimular a autonomia.

Segundo o documento: “o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) deve desenvolver atividades que valorizem as experiências dos

usuários, promovam aprendizado e garantam convivência e participação social” (BRASIL, 2009, p. 21). Para o público idoso, as ações devem ser planejadas considerando interesses, capacidades e experiências, de forma a construir sentido para a participação.

O caráter socioeducativo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é central. A sociabilidade, a convivência e as práticas coletivas são entendidas como fundamentais para a proteção social. Como afirma Carvalho (2016), “as atividades coletivas representam espaços de elaboração simbólica da vida, onde o sujeito ressignifica sua trajetória e constrói novas possibilidades”.

Diversos estudos confirmam os impactos positivos dos grupos de convivência na vida dos idosos. Pesquisa realizada por França e Soares (2019) demonstrou que idosos participantes de grupos apresentaram maior autoestima, melhoria na saúde mental e fortalecimento das redes de apoio. Em outro estudo, Pereira e Almeida (2020) identificaram que “a convivência possibilita a redução do isolamento social, amplia a participação e favorece o envelhecimento ativo”.

Assim, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é mais que um espaço de atividades: é um espaço de proteção, pertencimento e cidadania.

1.6 A atuação do assistente social no campo do envelhecimento e da convivência

O assistente social possui papel fundamental na execução, planejamento e acompanhamento das ações voltadas ao público idoso. Conforme o Código de Ética do Assistente Social (1993), a profissão se orienta pela defesa de direitos, pela ampliação da cidadania e pelo compromisso com a dignidade humana.

Martinelli (2011) afirma que o trabalho do assistente social envolve mediação, escuta qualificada, articulação com a rede e elaboração de estratégias que promovam autonomia e participação dos usuários. No caso da população idosa, isso implica compreender as múltiplas dimensões do envelhecimento e construir intervenções sensíveis às desigualdades sociais.

A intersetorialidade também é central. A literatura destaca que o envelhecimento é um fenômeno multidimensional. Segundo Passeti (2017), “a

atuação profissional deve envolver diálogo constante com saúde, cultura, educação, esporte e organizações comunitárias”. Essa articulação é essencial para garantir que o idoso tenha acesso a serviços complementares e oportunidades diversificadas de participação.

Minayo (2015) reforça que o trabalho com idosos deve considerar não apenas demandas imediatas, mas aspectos simbólicos, emocionais e socioculturais. Por isso, espaços como Centros de Convivência tornam-se fundamentais para a mediação entre o idoso e o território, fortalecendo vínculos e promovendo pertencimento.

Dessa forma, o Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Centros de Convivência do Idoso (CCI) representam espaços privilegiados para atuação crítica, reflexiva e propositiva do assistente social, contribuindo para práticas emancipatórias e coerentes com o projeto ético-político da profissão.

2 A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS IDOSOS NAS OFICINAS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV): REFLEXÕES A PARTIR DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO MUNICÍPIO DE PEDRANÓPOLIS

A participação da pessoa idosa em oficinas socioculturais, corporais, cognitivas e artesanais constitui um dos eixos estruturantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), conforme definido pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Segundo esse documento normativo, as oficinas devem promover vivências que favoreçam “o desenvolvimento de autonomia, a ampliação das capacidades cognitivas e afetivas, a socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 2009, p. 12). Em municípios de pequeno porte, como Pedranópolis/SP, onde há escassez de equipamentos públicos de lazer, cultura e socialização, tais atividades não apenas complementam a proteção social básica, mas se consolidam como a principal porta de entrada para a inclusão social da pessoa idosa.

A análise desenvolvida neste capítulo tem como base a lista de atividades ofertadas pelo Centro de Convivência ao Idoso (CCI) do município de Pedranópolis, disponibilizada pelo próprio órgão em articulação com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Essa listagem, obtida junto ao Centros de Convivência do Idoso (CCI), orientou a identificação, a organização e a reflexão acerca das oficinas analisadas, permitindo relacioná-las aos fundamentos teóricos e normativos da política de assistência social. Ressalta-se que a utilização dessa lista ocorre de forma descritiva e analítica, sem acesso a documentos sigilosos ou dados individualizados, respeitando os princípios éticos da pesquisa acadêmica.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social e com a Tipificação Nacional, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) estrutura-se a partir de três eixos centrais: convivência social, participação social e direito de ser (BRASIL, 2009). O eixo da convivência social refere-se à criação de espaços coletivos de encontro, troca e fortalecimento de vínculos, fundamentais para prevenir o isolamento e a solidão na velhice. Já o eixo da participação social compreende o estímulo ao protagonismo dos usuários, possibilitando que a pessoa

idosa participe ativamente das atividades, decisões e ações coletivas desenvolvidas no serviço. Por fim, o eixo do direito de ser reconhecido a singularidade, a dignidade e a identidade da pessoa idosa, valorizando suas trajetórias, saberes e experiências de vida.

A literatura especializada reforça que as oficinas ofertadas no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) representam espaços privilegiados para a expressão subjetiva, o desenvolvimento cognitivo, a convivência coletiva e o exercício da cidadania (NERI, 2014; MINAYO, 2015). Ao possibilitar a participação em atividades significativas, o serviço contribui para a construção de redes de apoio, para o fortalecimento da autoestima e para a ampliação do sentimento de pertencimento social, elementos essenciais para um envelhecimento digno e ativo.

No campo da assistência social, as oficinas constituem o principal método socioeducativo para a efetivação dos objetivos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), pois articulam proteção, convivência e formação cidadã. Conforme aponta Minayo (2015), práticas coletivas organizadas favorecem a autonomia, a elaboração emocional e a ressignificação de papéis sociais, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Dessa forma, as atividades desenvolvidas nos Centros de Convivência do Idoso (CCI) de Pedranópolis dialogam diretamente com os pressupostos do SUAS, ao promoverem inclusão social e fortalecimento de vínculos.

Diante disso, este capítulo analisa a importância de cada oficina ofertada no Centro de Convivência ao Idoso (CCI) do município de Pedranópolis, examinando suas contribuições para o envelhecimento ativo, o fortalecimento dos vínculos sociais e comunitários e a efetivação dos direitos da pessoa idosa. A reflexão fundamenta-se na literatura acadêmica sobre oficinas socioculturais, nos documentos normativos do SUAS e na análise qualitativa das atividades desenvolvidas, buscando articular teoria e prática no contexto da política pública de assistência social.

2.1 Oficinas de Produção Artística e Artesanato: criatividade, identidade e pertencimento

As oficinas manuais e artísticas ofertadas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do município de Pedranópolis/SP — como produção artística, artesanato, pintura, artes plásticas, confecção de bonecos, marcenaria, corte e costura, bordado, tricô, crochê e tear — constituem-se como importantes ferramentas de expressão subjetiva e fortalecimento da autonomia da pessoa idosa. A literatura aponta que atividades manuais estimulam a motricidade fina, a criatividade e a capacidade de concentração, promovendo satisfação pessoal e reforçando a autoestima (OLIVEIRA et al., 2021). No contexto da assistência social, tais oficinas assumem caráter pedagógico e socioeducativo, conforme orienta a Tipificação Nacional (BRASIL, 2009), cumprindo função protetiva e preventiva contra situações de isolamento e sofrimento emocional.

Além dos benefícios individuais, as oficinas artesanais possuem dimensão simbólica relevante. Segundo Debert (1999), a velhice é também um espaço de reconstrução identitária, em que experiências e memórias são ressignificadas. Ao trabalhar com técnicas como bordado, crochê ou tear, a pessoa idosa acessa memórias afetivas e culturais de sua trajetória familiar e comunitária, fortalecendo o sentimento de continuidade e pertencimento. Em Pedranópolis/SP, município marcado por tradições rurais e sociabilidade familiar, essas oficinas resgatam saberes transmitidos entre gerações, valorizando a pessoa idosa como guardião de práticas culturais.

A marcenaria, por sua vez, representa uma oficina que dialoga diretamente com memórias de trabalho, de vida no campo e de habilidades tradicionalmente associadas aos homens idosos. Para muitos participantes, a prática da marcenaria não é apenas uma atividade produtiva, mas uma forma de afirmar utilidade e experiência acumulada. Estudos de Neri (2014) mostram que pessoas idosas do sexo masculino têm grandes ganhos psicológicos quando podem reafirmar papéis sociais historicamente ligados à sua trajetória laboral.

Já a oficina de pintura e artes plásticas promove liberdade criativa e expressão emocional. Minayo (2015) destaca que atividades artísticas em grupo

funcionam como dispositivos terapêuticos, pois permitem que os participantes expressem sentimentos de forma não verbalizada, facilitando processos de elaboração emocional e redução do estresse cotidiano. No Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), a pintura muitas vezes se articula a oficinas temáticas, que estimulam reflexão, troca de experiências e convivência comunitária.

A oficina de confecção de bonecos possui papel lúdico e terapêutico. Esta atividade estimula habilidades motoras, planejamento cognitivo e imaginação, podendo ser utilizada também para fins intergeracionais. Bonecos confeccionados podem compor apresentações teatrais, ações em escolas e atividades comunitárias, contribuindo para o reconhecimento social da produção das pessoas idosas. Conforme destaca Francisco e Pinheiro (2018), a visibilidade pública das produções fortalece a cidadania cultural e o protagonismo social da pessoa idosa.

Os grupos de corte e costura, bem como as técnicas de bordado e tricô, também exercem função social relevante para os vínculos femininos. A literatura mostra que mulheres idosas são historicamente mais vulneráveis a condições de solidão, pobreza e sobrecarga emocional (NERI, 2014). As oficinas femininas criam redes de apoio, cumplicidade e afeto, funcionando como espaços de acolhimento e proteção relacional. No município de Pedranópolis/SP, onde há predominância de mulheres idosas, esses grupos se tornam essenciais para mitigar fragilidades emocionais.

As oficinas artesanais também contribuem para a economia simbólica e prática. Itens produzidos podem ser utilizados em eventos, doados ou exibidos em festividades, fortalecendo a autoestima coletiva e o sentimento de contribuição para a vida comunitária. Wichmann et al. (2013) destacam que as pessoas idosas participantes de grupos de convivência relatam maior sensação de propósito e utilidade, elementos essenciais para o bem-estar psicológico.

Por fim, tais oficinas cumprem a diretriz do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de “promover vivências que fortaleçam vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 2009). Ao criar, compartilhar e exibir suas produções, a pessoa idosa reafirma sua presença na comunidade. Dessa forma, as oficinas manuais são mais que atividades recreativas: são dispositivos de inclusão

social, protagonismo e dignidade, especialmente significativos para um município como o município de Pedranópolis/SP.

À luz dos pressupostos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), observa-se que as oficinas de produção artística e artesanato desenvolvidas no CCI de Pedranópolis/SP atendem de forma integrada aos três eixos estruturantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV): convivência social, participação social e direito de ser. O eixo da convivência social é contemplado na medida em que essas atividades criam espaços coletivos permanentes de encontro, troca e sociabilidade, fundamentais para o enfrentamento do isolamento social na velhice. Camarano (2020) ressalta que, em municípios de pequeno porte, onde há redução das redes familiares e comunitárias tradicionais, os serviços de convivência assumem papel central na recomposição dos vínculos sociais.

No que se refere ao eixo da participação social, as oficinas analisadas favorecem o protagonismo da pessoa idosa ao possibilitar que os participantes não apenas frequentem o serviço, mas atuem ativamente como produtores de cultura, saberes e significados sociais. A exposição, utilização e socialização das produções artesanais em eventos comunitários ampliam a visibilidade social do idoso e reforçam sua inserção na vida coletiva, conforme defendem Camarano (2017) e Francisco e Pinheiro (2018). Dessa forma, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) ultrapassa uma lógica assistencialista e se consolida como espaço de exercício da cidadania.

Já o eixo do direito de ser se expressa no reconhecimento da singularidade, da história de vida e das capacidades da pessoa idosa. As oficinas artesanais permitem que memórias, habilidades e experiências acumuladas ao longo da trajetória de vida sejam valorizadas, rompendo com estigmas de incapacidade e improdutividade associados à velhice. Segundo Camarano (2020), políticas públicas voltadas ao envelhecimento devem garantir não apenas proteção, mas também reconhecimento simbólico e respeito à diversidade das experiências do envelhecer.

Nesse contexto, destaca-se o papel fundamental do assistente social na mediação dessas atividades. Cabe a esse profissional planejar, acompanhar e

avaliar as oficinas a partir de uma leitura crítica das demandas sociais, identificando vulnerabilidades, potencialidades e necessidades específicas do grupo atendido. O trabalho profissional do assistente social, orientado pelo projeto ético-político da profissão, assegura que as oficinas não se limitem ao caráter ocupacional, mas estejam alinhadas à garantia de direitos, à inclusão social e ao fortalecimento da autonomia dos usuários.

Além disso, o assistente social atua na articulação intersetorial, estabelecendo diálogos com outras políticas públicas e com a rede de proteção social, ampliando o alcance das ações desenvolvidas no Centro de Convivência ao Idoso (CCI). Essa atuação é especialmente relevante em contextos como o de Pedranópolis/SP, onde a escassez de equipamentos públicos torna o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) um espaço estratégico para a promoção do envelhecimento ativo e digno (CAMARANO, 2017).

Portanto, a análise crítica das oficinas de produção artística e artesanato evidencia que essas atividades, quando mediadas pelo trabalho do assistente social e orientadas pelos eixos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), configuram-se como importantes instrumentos de inclusão social da pessoa idosa. Elas contribuem para o fortalecimento de vínculos, para a ampliação da participação social e para o reconhecimento do direito de ser, reafirmando o SCFV como política pública essencial no enfrentamento das vulnerabilidades associadas ao envelhecimento.

2.2 Oficinas de Memória e Estímulo Cognitivo: identidade, reconhecimento e prevenção do declínio

As oficinas de memória, muito presentes nos serviços de convivência, são essenciais para o desenvolvimento cognitivo e emocional da pessoa idosa. Elas envolvem atividades como recordações guiadas, relatos de vida, jogos de memória, reminiscências¹ e atividades relacionadas à história local e familiar. Segundo Oliveira

¹ Reminiscências referem-se ao processo de resgate e compartilhamento de memórias pessoais e coletivas significativas, geralmente relacionadas a experiências de vida, histórias familiares, trajetórias profissionais e vivências socioculturais. No contexto da gerontologia, a prática das reminiscências é utilizada como estratégia de estimulação cognitiva e emocional, contribuindo para o fortalecimento da identidade, da autoestima e dos

et al. (2021), tais práticas reforçam a autonomia cognitiva, retardam processos de esquecimento e estimulam habilidades executivas importantes para a vida cotidiana.

Além dos efeitos cognitivos, essas oficinas atuam profundamente no campo identitário. Como destaca Debert (1999), envelhecer implica reorganizar narrativas pessoais e ressignificar o passado. Ao contar histórias, compartilhar trajetórias e relacionar memórias individuais com memórias coletivas, a pessoa idosa reafirma sua posição na comunidade e se reconhece como sujeito histórico. No município de Pedranópolis/SP, onde laços comunitários são marcados por tradições rurais, as oficinas de memória reforçam o vínculo da pessoa idosa com o território.

Outro aspecto importante dessas oficinas é sua função socioafetiva. Minayo (2015) afirma que o ato de recordar é também um ato de cura emocional, permitindo a elaboração de experiências dolorosas e a valorização de vivências significativas. Em grupos de convivência, memórias compartilhadas funcionam como dispositivos de aproximação, fortalecendo vínculos e criando sentimentos de pertencimento.

As oficinas de memória também funcionam como espaços para construção de solidariedade geracional. Ao compartilhar histórias, as pessoas idosas identificam experiências comuns e constroem redes de apoio emocional. Essa dimensão é fundamental no município de Pedranópolis/SP, onde os dados mostram que muitas pessoas idosas vivem sozinhas, necessitando de redes de convivência e suporte afetivo.

Do ponto de vista da inclusão social, as oficinas de memória valorizam a voz das pessoas idosas, permitindo que elas sejam reconhecidas como produtores de cultura e história. Conforme afirmam Francisco e Pinheiro (2018), ações que valorizam a experiência acumulada fortalecem a cidadania cultural e ampliam a participação social.

No campo da proteção social básica, tais oficinas ajudam na identificação de vulnerabilidades. Por meio das narrativas, assistentes sociais e profissionais do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) conseguem compreender relações familiares, redes de apoio e demandas emergentes. Essa

vínculos sociais da pessoa idosa, além de favorecer a elaboração de experiências passadas e a valorização da história de vida (DEBERT, 1999; NERI, 2014).

leitura ampliada é essencial para o planejamento das ações do SUAS (BRASIL, 2004).

As oficinas cognitivas, como jogos de lógica, leitura e escrita, complementam o trabalho de fortalecimento cerebral. Estudos mostram que atividades intelectuais contínuas reduzem o risco de declínio cognitivo e melhoram a funcionalidade geral (SANTOS; FERREIRA; LOPES, 2023). Em municípios pequenos, onde o acesso a atividades culturais e educativas é reduzido, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) cumpre papel essencial ao ofertar tais vivências.

Por fim, as oficinas de memória promovem dignidade, reconhecimento e visibilidade social à pessoa idosa. Elas fortalecem vínculos, ampliam capacidades cognitivas e reafirmam a presença da pessoa idosa na comunidade. Por isso, são práticas centrais do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e fundamentais para o envelhecimento ativo no município de Pedranópolis/SP.

À luz dos fundamentos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), observa-se que as oficinas de memória e estímulo cognitivo desenvolvidas no Centro de Convivência ao Idoso (CCI) de Pedranópolis/SP atendem de forma direta e integrada aos três eixos estruturantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV): convivência social, participação social e direito de ser. No eixo da convivência social, tais oficinas criam espaços coletivos de escuta, troca e reconhecimento mútuo, fundamentais para enfrentar o isolamento social que acompanha o envelhecimento, especialmente em municípios de pequeno porte. Camarano (2020) ressalta que o envelhecimento em contextos locais reduzidos tende a ocorrer com enfraquecimento das redes tradicionais de apoio, o que torna os serviços de convivência essenciais para a recomposição dos vínculos sociais.

No que se refere ao eixo da participação social, as oficinas de memória favorecem o protagonismo da pessoa idosa ao colocá-la no centro do processo de produção simbólica e cultural. Ao narrar suas histórias, compartilhar experiências e relacionar memórias individuais à história coletiva do território, a pessoa idosa deixa de ocupar uma posição passiva e passa a atuar como sujeito ativo na construção do conhecimento social. Camarano (2017) destaca que a participação efetiva dos

idosos em espaços coletivos é condição fundamental para a promoção do envelhecimento ativo e para a superação de práticas assistencialistas.

O eixo do direito de ser manifesta-se de maneira significativa nas oficinas de memória, na medida em que essas práticas reconhecem a singularidade, a trajetória e a identidade da pessoa idosa. Ao valorizar narrativas de vida, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) reafirma o direito do idoso de ser ouvido, respeitado e reconhecido como sujeito histórico. Segundo Camarano (2020), políticas públicas voltadas à população idosa devem assegurar não apenas proteção material, mas também reconhecimento simbólico, combatendo estigmas de incapacidade e invisibilidade social.

Nesse processo, o trabalho do assistente social assume papel central. Cabe a esse profissional criar condições ético-políticas para que as narrativas emergentes nas oficinas sejam acolhidas, interpretadas e utilizadas como subsídios para o planejamento das ações socioassistenciais. Por meio da escuta qualificada, o assistente social identifica situações de vulnerabilidade, fragilização de vínculos familiares, isolamento social e demandas por acesso a direitos, articulando encaminhamentos e intervenções junto à rede de proteção social.

Além disso, a atuação profissional do assistente social contribui para transformar as oficinas de memória em espaços de leitura crítica da realidade social. As histórias compartilhadas pelos participantes permitem compreender processos históricos locais, relações de trabalho, desigualdades de gênero e mudanças nas estruturas familiares, elementos que, conforme Camarano (2017), impactam diretamente as condições de envelhecimento. Dessa forma, as oficinas deixam de ser apenas atividades cognitivas e passam a integrar uma estratégia ampliada de intervenção social.

Em municípios como Pedranópolis/SP, onde uma parcela significativa das pessoas idosas vivem sozinhas, as oficinas de memória cumprem também uma função preventiva no campo da proteção social básica. Ao fortalecer vínculos e criar redes de apoio emocional, essas atividades reduzem riscos sociais e contribuem para a permanência da pessoa idosa em seu território com dignidade. Tal perspectiva está em consonância com a Política Nacional de Assistência Social, que

define a convivência como elemento central da prevenção de situações de risco (BRASIL, 2004).

Por fim, a análise crítica das oficinas de memória evidencia que essas práticas, quando orientadas pelos eixos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e mediadas pelo trabalho do assistente social, configuram-se como instrumentos fundamentais de inclusão social da pessoa idosa. Elas promovem reconhecimento, participação e fortalecimento de vínculos, reafirmando o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) como política pública estratégica para enfrentar os desafios do envelhecimento no município de Pedranópolis/SP.

2.3 Oficinas Corporais e Atividades Físicas: saúde integral, autonomia e convivência

As oficinas corporais ofertadas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) — incluindo caminhadas, alongamento, relaxamento, ginástica, exercícios localizados, yoga, Pilates, dança sênior e regional — são fundamentais para a saúde física e emocional da pessoa idosa. A OMS (2005) afirma que atividades físicas regulares reduzem riscos de quedas, doenças cardiovasculares, diabetes, hipertensão e depressão, sendo essenciais para a manutenção da autonomia e da qualidade de vida.

Além de benefícios físicos, atividades corporais possuem efeitos psicológicos importantes. Wichmann et al. (2013) demonstram que as pessoas idosas participantes de grupos de atividade física relatam maior autoestima, menor estresse e maior satisfação com a vida. A convivência em grupo estimula vínculos, diminui a solidão e cria redes de apoio emocional.

A dança, por exemplo, é uma prática amplamente reconhecida pela gerontologia como promotora de bem-estar emocional. Danças regionais contribuem para a valorização da cultura local, enquanto danças de salão estimulam a coordenação motora e a socialização. Essas atividades permitem que as pessoas idosas experimentem alegria, movimento e liberdade corporal, sentimentos frequentemente limitados pelo envelhecimento.

Atividades como yoga, relaxamento e Pilates trabalham respiração, equilíbrio, consciência corporal e controle emocional. Estudos apontam que tais práticas reduzem a ansiedade, melhoram o sono e estabilizam dores musculares (SANTOS; FERREIRA; LOPES, 2023). No município de Pedranópolis/SP, onde serviços de saúde especializada são limitados, essas oficinas representam acesso gratuito a práticas terapêuticas.

A terapia ocupacional contribui para reabilitação funcional e adaptação às limitações da velhice. Em municípios com população idosa crescente, essa prática é essencial para evitar dependências precoces e estimular a autonomia.

As caminhadas comunitárias, por sua vez, favorecem a interação com o território, possibilitando que as pessoas idosas circulem, se apropriem dos espaços e ampliem seu senso de pertencimento. Segundo Camarano (2020), acessibilidade e participação comunitária são fundamentais para o envelhecimento ativo.

Do ponto de vista socioeducativo, as oficinas corporais fortalecem vínculos e criam ambientes de acolhimento. A convivência entre participantes promove trocas de experiências, construção de amizades e redução do isolamento — elementos diretamente alinhados aos objetivos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) (BRASIL, 2009).

Assim, as oficinas corporais desempenham papel central na promoção do envelhecimento saudável no município de Pedranópolis/SP, ampliando capacidades, prevenindo doenças e fortalecendo a autonomia.

A partir da perspectiva do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), observa-se que as oficinas corporais e atividades físicas desenvolvidas no município de Pedranópolis/SP atendem de maneira articulada aos três eixos estruturantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). No que se refere ao eixo da convivência social, tais atividades criam espaços coletivos permanentes de encontro, interação e apoio mútuo, fundamentais para reduzir o isolamento social da pessoa idosa. Camarano (2020) destaca que o envelhecimento ativo depende diretamente da possibilidade de circulação no território e da manutenção de vínculos sociais, especialmente em municípios pequenos, onde as oportunidades de socialização são mais restritas.

No eixo da participação social, as oficinas corporais possibilitam que as pessoas idosas participem ativamente da vida comunitária, ocupando espaços públicos e coletivos de forma autônoma. Caminhadas comunitárias, aulas de dança e atividades grupais permitem que os idosos se reconheçam como sujeitos ativos no território, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a apropriação dos espaços urbanos. Para Camarano (2017), a participação social é condição indispensável para que o envelhecimento não seja vivido como processo de exclusão, mas como etapa de continuidade da vida social.

O eixo do direito de ser manifesta-se na valorização das capacidades corporais da pessoa idosa, respeitando seus limites e potencialidades. As oficinas corporais oferecidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) reconhecem o direito do idoso ao cuidado integral, à saúde e ao bem-estar, rompendo com concepções que associam a velhice à incapacidade física. Conforme aponta Camarano (2020), políticas públicas voltadas à pessoa idosa devem assegurar condições para que o corpo envelhecido seja compreendido como corpo possível, digno e ativo.

Nesse processo, destaca-se o papel do assistente social, que atua no planejamento e acompanhamento das oficinas corporais a partir de uma leitura ampliada das condições sociais, de saúde e de mobilidade dos usuários. Cabe a esse profissional identificar situações de vulnerabilidade, como limitações funcionais, dificuldades de acesso a serviços de saúde e barreiras territoriais, articulando encaminhamentos e ações intersetoriais junto à rede de proteção social.

Além disso, o trabalho do assistente social contribui para garantir que as oficinas corporais não se restrinjam a práticas físicas isoladas, mas estejam inseridas em uma proposta socioeducativa mais ampla. Ao articular atividades corporais com ações de convivência, escuta e fortalecimento de vínculos, o profissional assegura que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) cumpra sua função preventiva, conforme orienta a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009).

Em municípios como Pedranópolis/SP, onde o acesso a serviços especializados de saúde é limitado, as oficinas corporais assumem papel estratégico

na promoção da saúde preventiva. Camarano (2017) enfatiza que, em contextos de restrição de políticas públicas, os serviços de convivência tornam-se fundamentais para reduzir desigualdades no envelhecimento e ampliar a proteção social básica.

Portanto, a análise crítica das oficinas corporais evidencia que essas atividades, quando orientadas pelos eixos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e mediadas pelo trabalho do assistente social, constituem importantes instrumentos de inclusão social, autonomia e promoção do envelhecimento ativo no município de Pedranópolis/SP.

2.4 Atividades Socioculturais e Educativas: convivência, identidade coletiva e cidadania

As atividades socioculturais ofertadas — como dinâmicas de grupo, jogos de mesa, cinema, coral, teatro, bailes, saraus, encontros intergeracionais e festas temáticas — ocupam lugar essencial no campo da assistência social, pois promovem convivência, expressão cultural e participação cidadã. Para Minayo (2015), espaços coletivos de convivência representam fatores de proteção emocional, reduzindo risco de solidão e sofrimento psíquico.

O coral fortalece vínculos por meio da música, promovendo respiração, memória, ritmo e expressão emocional. Estudos mostram que atividades musicais aumentam a sensação de pertencimento e reduzem sintomas depressivos (OLIVEIRA et al., 2021).

O teatro permite que as pessoas idosas explorem papéis sociais, expressem emoções e construam narrativas coletivas. Segundo Francisco e Pinheiro (2018), dramatizações favorecem comunicação, criatividade e participação ativa na comunidade.

Os bailes e saraus reforçam a alegria, a coletividade e a celebração da vida. São momentos simbólicos de encontro, que rompem estigmas associados à velhice e reafirmam a presença ativa das pessoas idosas na cultura local.

As dinâmicas de grupo fortalecem vínculos e habilidades sociais, enquanto os jogos de mesa estimulam raciocínio, estratégia e convivência. Tais atividades promovem diálogo, cooperação e troca de experiências.

Os encontros intergeracionais cumprem função social essencial, pois aproximam diferentes faixas etárias, fortalecendo respeito, empatia e aprendizagem mútua. Neri (2014) destaca que ações intergeracionais reduzem preconceitos e valorizam a experiência da pessoa idosa.

As palestras temáticas ampliam o conhecimento sobre direitos, saúde, nutrição e prevenção à violência, fortalecendo a autonomia e cidadania. Conforme a PNAS (BRASIL, 2004), a assistência social deve informar e empoderar seus usuários para o exercício pleno de seus direitos.

As festas temáticas não calendarizadas possuem caráter educativo e fortalecem vínculos comunitários. Ao celebrar coletivamente, o grupo constrói identidade, memória e pertencimento.

Por fim, as ações remotas ampliam acesso ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para as pessoas idosas com dificuldades de locomoção, incluindo-os digitalmente — dimensão fundamental na pós-pandemia.

Assim, as atividades socioculturais ofertadas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do município de Pedranópolis/SP são instrumentos essenciais de inclusão, cidadania e fortalecimento de vínculos.

À luz do marco normativo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, as atividades socioculturais e educativas desenvolvidas no município de Pedranópolis/SP evidenciam forte alinhamento aos três eixos estruturantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). No eixo da convivência social, tais atividades criam espaços coletivos de encontro, celebração e troca simbólica, fundamentais para fortalecer vínculos comunitários e reduzir o isolamento social. Camarano (2020) aponta que a convivência social é um dos principais fatores de proteção na velhice, especialmente em contextos de fragilização das redes familiares.

No eixo da participação social, as atividades socioculturais possibilitam que as pessoas idosas ocupem espaços de visibilidade pública e cultural, participando ativamente da vida comunitária. Coral, teatro, saraus, bailes e festas temáticas promovem protagonismo social e ampliam o reconhecimento da pessoa idosa como

produtora de cultura. Conforme Camarano (2017), a participação social efetiva é condição essencial para o exercício da cidadania na velhice.

O eixo do direito de ser se expressa na valorização das identidades, das expressões culturais e das trajetórias de vida das pessoas idosas. As atividades socioculturais reconhecem o direito do idoso de expressar emoções, celebrar a vida e participar da construção simbólica da comunidade, combatendo estigmas de invisibilidade e improdutividade associados ao envelhecimento. Para Camarano (2020), políticas públicas devem assegurar não apenas proteção material, mas também reconhecimento simbólico da pessoa idosa.

Nesse contexto, o assistente social desempenha papel fundamental na mediação dessas atividades, garantindo que elas estejam alinhadas aos objetivos da proteção social básica. Por meio do planejamento, da escuta qualificada e da avaliação contínua, o profissional identifica demandas, fortalece vínculos e articula ações com outras políticas públicas, como cultura, saúde e educação, ampliando o alcance social das atividades.

As palestras temáticas, por exemplo, quando mediadas pelo assistente social, tornam-se espaços de educação em direitos, promovendo autonomia e empoderamento. Já os encontros intergeracionais exigem planejamento cuidadoso para garantir respeito, troca e aprendizagem mútua, função que recai diretamente sobre a equipe técnica do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

As ações remotas, incorporadas no contexto pós-pandemia, também evidenciam a atuação profissional do assistente social na adaptação do serviço às novas realidades sociais. Ao promover inclusão digital e garantir a continuidade da convivência, essas ações ampliam o acesso ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para pessoas idosas com dificuldades de locomoção ou limitações físicas.

Por fim, a análise crítica das atividades socioculturais e educativas demonstra que, quando orientadas pelos eixos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e mediadas pelo trabalho do assistente social, tais práticas se configuram como instrumentos essenciais de inclusão social, fortalecimento da

cidadania e promoção da dignidade da pessoa idosa no município de Pedranópolis/SP.

3 ENVELHECIMENTO, VULNERABILIDADES E O PAPEL DO SCFV NO MUNICÍPIO DE PEDRANÓPOLIS/SP

Este capítulo apresenta a análise dos resultados obtidos a partir de documentos bibliográficos, estatísticos e institucionais, considerando o recorte da presente pesquisa: compreender o papel do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) na inclusão social da pessoa idosa em municípios de pequeno porte, tomando o município de Pedranópolis/SP como caso empírico, sem uso de dados individuais. Para isso, utilizou-se uma análise temática, articulando três eixos:

1. caracterização demográfica e socioeconômica da população idosa;
2. vulnerabilidades associadas ao envelhecimento;
3. contribuições do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) segundo a literatura científica.

Os resultados mostram que o município de Pedranópolis/SP apresenta uma dinâmica demográfica e socioeconômica típica de municípios pequenos do interior paulista — envelhecimento populacional acelerado, dependência de políticas públicas e fortes vulnerabilidades relacionais. Esses fatores permitem compreender por que serviços como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) tornam-se tão centrais para o envelhecimento digno e para o fortalecimento das redes comunitárias.

3.1 O Cenário Demográfico do Envelhecimento no município de Pedranópolis/SP

A compreensão do papel do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no território exige, inicialmente, uma leitura cuidadosa sobre a estrutura demográfica local, uma vez que a composição etária influencia diretamente a demanda por políticas públicas e o perfil de vulnerabilidade social. De acordo com o Censo Demográfico de 2022, o município de Pedranópolis/SP possui 2.787 habitantes, com estimativa populacional de 2.856 habitantes em 2025 (IBGE, 2022;

IBGE, 2025). No que se refere à população idosa, os dados da Fundação Seade indicam que 17,9% da população municipal é composta por pessoas com 60 anos ou mais (SEADE, 2022). Considerando a população total recenseada, esse percentual corresponde aproximadamente a 499 pessoas idosas residentes no município. Assim, apresenta-se a seguir a distribuição etária do município.

Tabela 1 – Estrutura etária do município de Pedranópolis/SP (2022)

Faixa etária	Percentual (%)
0–14 anos	12,8%
15–59 anos	69,3%
60 anos ou mais	17,9%

Fonte: Fundação Seade, 2022

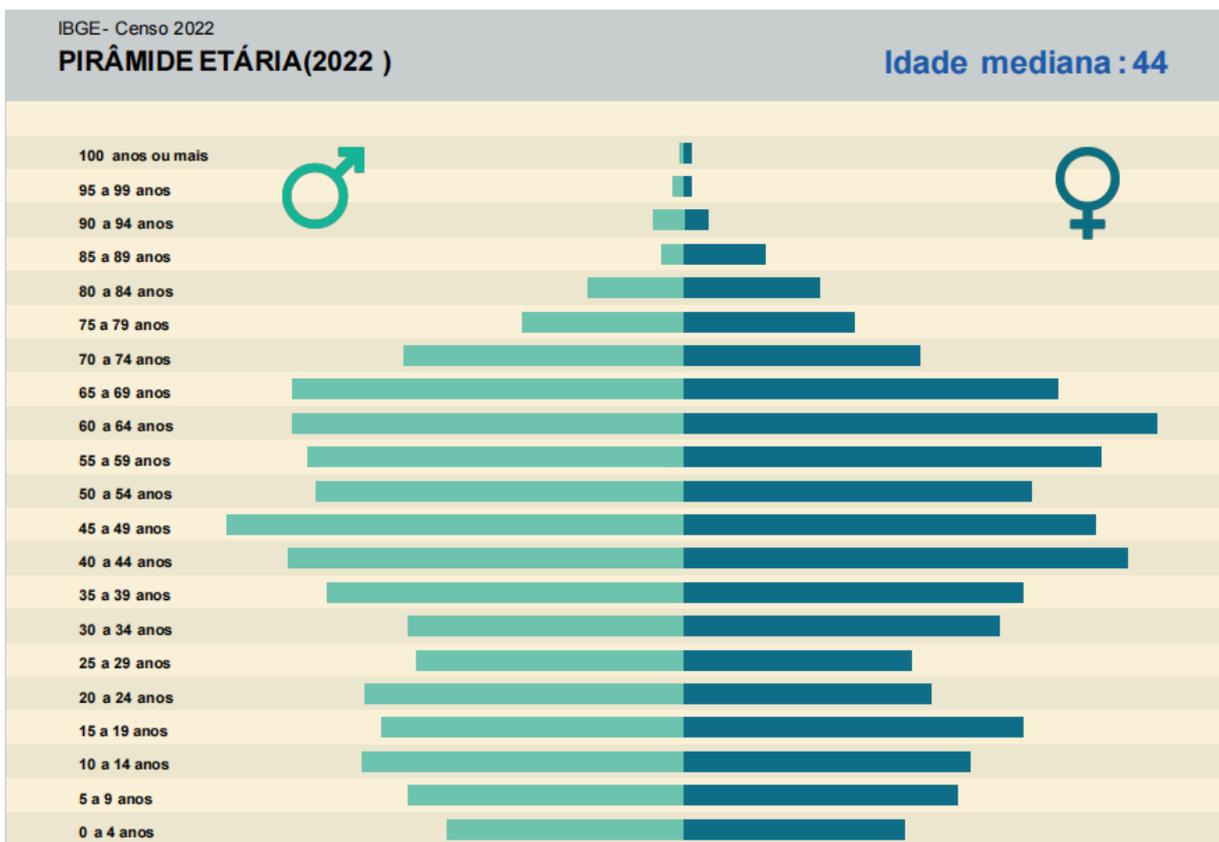
O primeiro aspecto que se destaca ao analisar a Tabela 1 é o fato de que o município de Pedranópolis/SP apresenta uma proporção de pessoas idosas superior à média nacional. Enquanto o Brasil chegou a 15,1% de pessoas idosas no Censo 2022 (IBGE, 2022), o município registra 17,9%. Essa diferença evidencia um processo de envelhecimento mais acelerado, típico de municípios de pequeno porte e áreas rurais, onde a migração de jovens para centros urbanos maiores diminui a base da pirâmide etária. De acordo com Camarano (2020), municípios pequenos experimentam “envelhecimento por esvaziamento”, em que a saída dos jovens acelera artificialmente a proporção de pessoas idosas.

Outro elemento relevante é que o percentual de crianças (12,8%) é menor do que o percentual de pessoas idosas, o que indica uma inversão demográfica que já vinha sendo anunciada pelo IBGE desde 2018. A Fundação Seade (2022) aponta que esse processo ocorre de forma mais intensa no interior paulista devido à combinação de baixa fecundidade e melhorias nos indicadores de longevidade. A inversão demográfica traz impactos diretos para as políticas sociais, uma vez que aumenta a demanda por serviços voltados ao envelhecimento, como o Serviço de

Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), e reduz a demanda por serviços de infância.

A faixa etária economicamente ativa (15–59 anos) ainda representa a maioria (69,3%), mas está em declínio proporcional quando comparada a décadas anteriores, conforme apontado pelo SEADE. Isso revela que, no médio prazo, o município de Pedranópolis/SP terá menos população produtiva para sustentar financeiramente e socialmente uma população idosa maior, o que exige maior investimento público em políticas de proteção social. Como destaca Neri (2014), o envelhecimento populacional não é apenas um fenômeno demográfico, mas também econômico, pois altera a estrutura de dependência e a dinâmica social.

Figura 1 – Pirâmide etária do município de Pedranópolis/SP (2022)



Fonte: IBGE, 2025

O crescimento da população idosa no município de Pedranópolis/SP é coerente com tendências nacionais, mas possui especificidades locais que

aumentam sua complexidade. Municípios pequenos costumam oferecer menos oportunidades de lazer, sociabilidade e saúde para pessoas idosas, aumentando o risco de isolamento social e depressão — fatores amplamente identificados por Minayo (2015) como determinantes do sofrimento psíquico na velhice. Assim, compreender a estrutura etária do município é fundamental para entender por que os serviços de convivência se tornam essenciais.

Outro elemento relevante é a predominância feminina na população idosa, confirmada pelos relatórios demográficos municipais e como pode ser observado na figura 1. A literatura denomina esse fenômeno de “feminização da velhice”, indicando que as mulheres vivem mais, porém carregam maior histórico de desigualdades acumuladas (NERI, 2014). Isso aumenta a relevância de políticas de convivência para combater isolamento, depressão e dependência emocional na velhice feminina.

Por fim, a presença significativa de pessoas idosas reforça o papel do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) como política estratégica. De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) deve ser ofertado prioritariamente a indivíduos em situação de vulnerabilidade relacional, risco de isolamento e fragilização de vínculos — exatamente o perfil predominante no município. Dessa forma, a estrutura etária apresentada não é apenas um dado estatístico, mas um indicador claro da necessidade e pertinência do serviço.

3.2 Condições socioeconômicas e vulnerabilidades associadas ao envelhecimento

Para compreender os desafios enfrentados pelas pessoas idosas do município de Pedranópolis/SP, é necessário analisar não apenas sua presença quantitativa, mas também as condições socioeconômicas que moldam sua experiência de envelhecimento. Os dados a seguir ajudam a ilustrar esse contexto.

Tabela 2 – Indicadores socioeconômicos relevantes para análise do envelhecimento

Indicador	Valor
Renda per capita	R\$ 615,77
Taxa de extrema pobreza	2,2%
Idosos que vivem sozinhos	27,7%
IDHM	0,742
Expectativa de vida	76,2 anos

Fonte: Atlas Brasil, 2013 e Fundação Seade, 2022.

A renda per capita de R\$615,77 conforme dado do Censo de 2010, evidencia a condição econômica limitada do município. Embora o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,742 seja considerado alto, o Atlas Brasil (2013) destaca que esse índice reflete mais os avanços na educação e na longevidade do que os ganhos econômicos. Portanto, o envelhecimento no município de Pedranópolis/SP ocorre em cenário de baixa capacidade de investimento familiar, ampliando a dependência das pessoas idosas por políticas públicas.

O percentual de pessoas idosas que vivem sozinhas (27,7%) é particularmente relevante. Segundo Minayo (2015), morar sozinho na velhice é fator de risco para depressão, isolamento social e fragilização emocional. Isso reforça o papel do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) como política preventiva, tendo em vista que sua principal diretriz é justamente o fortalecimento de vínculos e redução de situações de solidão.

A expectativa de vida de 76,2 anos, embora positiva, apresenta contradições importantes. Camarano (2019) afirma que o aumento da longevidade brasileira não tem sido acompanhado por investimentos suficientes em políticas de cuidado e convivência, gerando o fenômeno da “sobrevivência fragilizada”. Em outras palavras: vive-se mais, mas nem sempre com qualidade. Para municípios pequenos, esse desafio se intensifica.

Além disso, a taxa de extrema pobreza (2,2%), embora aparentemente baixa, representa vulnerabilidade importante quando combinada com envelhecimento, pois pessoas idosas com baixa renda apresentam maior dificuldade de acesso a transporte, cuidados de saúde e atividades culturais (NERI, 2014). Esses fatores aumentam a relevância do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) como espaço gratuito de convivência e inclusão.

Assim, os indicadores socioeconômicos reforçam que a população idosa do município de Pedranópolis/SP apresenta vulnerabilidades materiais e relacionais que justificam plenamente a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) como política estruturante da proteção social. Essa atuação está prevista na Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), que determina ações de convivência como fundamentais para pessoas idosas com pouca rede de apoio.

3.3 O papel do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) segundo a literatura e sua relação com o contexto do município de Pedranópolis/SP

Para compreender como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) contribui para a inclusão social da pessoa idosa, é necessário analisar o que a literatura científica afirma sobre seus efeitos e potencialidades. O quadro a seguir apresenta síntese dos principais estudos utilizados.

Quadro 1 – Síntese de estudos utilizados na análise

Ano	Autores	Tema	Principais resultados
2014	Neri	Envelhecimento feminino	Longevidade maior e maior vulnerabilidade social
2013	Wichmann et al.	SCFV e vínculos	Socialização reduz isolamento; melhora autoestima
2018	Francisco & Pinheiro	Participação social	Atividades coletivas ampliam protagonismo
2021	Oliveira et al.	Oficinas de memória	Resgate de identidade e vínculos afetivos
2020	Pereira & Almeida	Intersetorialidade	SCFV efetivo quando articulado à saúde e cultura

Fonte: As próprias autoras, 2025

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), enquanto política integrante da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), foi concebido para enfrentar vulnerabilidades decorrentes da fragilização de vínculos, isolamento, pobreza e ausência de espaços de participação. A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais estabelece que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) deve promover vivências que estimulem a autonomia, o protagonismo e a participação social dos usuários, inclusive de pessoas idosas (BRASIL, 2009). Assim, desde sua formulação, o serviço assume papel estratégico diante das transformações demográficas vivenciadas no país, especialmente em municípios que apresentam rápido envelhecimento populacional, como o município de Pedranópolis/SP.

A literatura científica reconhece que o processo de envelhecimento não se restringe às dimensões biológicas, mas envolve aspectos sociais, psicológicos e culturais que impactam diretamente a qualidade de vida. Neri (2014) destaca que as pessoas idosas sofrem as consequências de desigualdades acumuladas ao longo da vida, o que se manifesta em fragilidades relacionais, menor participação social e risco ampliado de solidão e depressão. No município de Pedranópolis/SP, onde 27,7% das pessoas idosas vivem sozinhas, segundo a Fundação Seade (2022),

essas vulnerabilidades tornam-se ainda mais evidentes, reforçando a necessidade de serviços de convivência.

Wichmann et al. (2013) reforçam que a convivência social é um dos principais fatores de proteção na velhice, pois fortalece vínculos afetivos, cria redes de apoio emocional e reduz o estresse psicológico. Os autores mostram que pessoas idosas inseridas em grupos de convivência apresentam melhor percepção de saúde, maior autoestima e sentimentos de pertencimento. Esse achado se torna especialmente relevante em contextos como o município de Pedranópolis/SP, onde a fragilização de vínculos sociais aparece como uma das principais vulnerabilidades demográficas e socioeconômicas.

Além da convivência, a literatura destaca a importância de atividades significativas para a construção da identidade e do bem-estar emocional. Oliveira et al. (2021), ao analisarem oficinas de memória em grupos de pessoas idosas, identificaram que resgatar histórias de vida, relembrar trajetórias e partilhar experiências fortalece a identidade, produz vínculos afetivos e estimula sentimentos de valorização. Tais práticas se alinham diretamente com as propostas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que incluem atividades socioculturais, cognitivas e recreativas com foco na valorização da história e do papel social da pessoa idosa.

Francisco e Pinheiro (2018) enfatizam a relevância da participação social como dimensão central da cidadania. Para os autores, ações coletivas e momentos de encontro transformam a pessoa idosa de espectador em agente ativo, ampliando sua capacidade de interferência positiva no território. Em municípios pequenos, esse protagonismo tem impacto ainda maior, pois a presença das pessoas idosas em atividades comunitárias contribui para a coesão social, a continuidade cultural e o fortalecimento de laços intergeracionais.

A literatura também evidencia que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) produz efeitos preventivos importantes. Segundo Minayo (2015), a prevenção do isolamento social é uma das estratégias mais eficazes para reduzir o sofrimento psíquico entre pessoas idosas, especialmente em contextos de baixa renda ou de moradia solitária. Por isso, municípios como Pedranópolis/SP,

onde parte significativa das pessoas idosas vivem sem companhia e com renda limitada, se beneficiam profundamente da oferta desse serviço, que funciona como espaço de circulação, fala e acolhimento.

Outro aspecto relevante apontado pelos estudos é o impacto das ações de convivência na autonomia. Para Santos et al. (2023), grupos de convivência estimulam habilidades cognitivas, favorecem o autocuidado e ampliam a capacidade funcional das pessoas idosas. Esses efeitos são essenciais em territórios rurais ou com baixa oferta de atividades físicas e culturais, como é o caso de muitos municípios do noroeste paulista. Assim, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) contribui diretamente para que as pessoas idosas permaneçam ativos e integradas à comunidade.

Pereira e Almeida (2020) afirmam que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) alcança melhores resultados quando articulado a outras políticas públicas, especialmente saúde, cultura e educação. Essa característica intersetorial permite que pessoas idosas sejam atendidas de forma integral, ampliando o alcance do serviço e fortalecendo a proteção social. No município de Pedranópolis/SP, a existência de atividades municipais abertas ao público de pessoas idosas— registradas em documentos oficiais — demonstra que há possibilidade de construir parcerias que potencializam as ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), mesmo sem acesso direto a documentos internos do equipamento.

Além disso, autores como Debert (1999) apontam que o envelhecimento deve ser compreendido como fenômeno cultural, e não apenas biológico. Por isso, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) desempenha papel simbólico importante: reafirmar que as pessoas idosas são sujeitos de direitos, portador de saberes e protagonistas de sua história. Essa perspectiva contribui para desconstruir estereótipos de incapacidade ou improdutividade frequentemente associados ao envelhecimento. Em municípios como Pedranópolis, essa dimensão cultural é essencial para valorizar a presença das pessoas idosas na vida comunitária.

A literatura também destaca que atividades coletivas são fundamentais para enfrentar a perda de papéis sociais, comum na velhice. Para Rowe e Kahn (1997), o envelhecimento bem-sucedido depende da manutenção de funções sociais significativas. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ao promover oficinas, encontros e atividades regulares, cria oportunidades para que as pessoas idosas redescubram sentidos e reconstruam suas identidades. Esse processo fortalece a autoestima, amplia redes de relações e melhora a qualidade de vida em sua totalidade.

Outro ponto enfatizado pelos estudos é que a convivência regular promove segurança emocional. Segundo Souza e Kantorski (2019), os vínculos construídos em grupos de convivência produzem sensação de pertencimento e proteção, facilitando o enfrentamento de perdas, doenças e mudanças familiares. No município de Pedranópolis/SP, onde a rede de apoio informal tende a ser limitada pelas condições socioeconômicas, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) surge como alternativa fundamental para suprir lacunas afetivas e promover suporte emocional contínuo.

Por fim, a literatura evidencia que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) se adequa de maneira exemplar ao cenário demográfico e socioeconômico do município de Pedranópolis/SP. A combinação entre envelhecimento acelerado, alta proporção de pessoas idosas vivendo sozinhos e vulnerabilidades econômicas reforça a pertinência dessa política pública como ferramenta central de inclusão. Assim, ao integrar convivência, intersetorialidade, cidadania e valorização cultural, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) constitui-se como política estruturante para o envelhecimento digno e para a construção de uma rede de proteção social eficaz no território.

3.4 Síntese interpretativa final

A análise integrada dos dados demográficos, socioeconômicos e bibliográficos evidencia que o município de Pedranópolis/SP apresenta um quadro típico de municípios brasileiros em processo acelerado de envelhecimento

populacional. Com 17,9% da população composta por pessoas idosas, proporção superior à média nacional, o município revela uma transição demográfica avançada, marcada pela diminuição da população jovem e pelo aumento constante da longevidade (SEADE, 2022). Esse fenômeno, descrito por Camarano (2020) como “envelhecimento por esvaziamento”, aponta a necessidade de ampliação dos serviços de convivência como estratégia central de retomada da integração social desses grupos.

Além da mudança na composição etária, observam-se vulnerabilidades socioeconômicas importantes, como baixa renda per capita, dependência de benefícios previdenciários, e um percentual significativo de pessoas idosas vivendo sozinhas (27,7%). Esses fatores configuram um cenário de risco social, especialmente para mulheres idosas, que historicamente acumulam desigualdades e vivem mais tempo em condições de fragilidade social (NERI, 2014). Diante disso, torna-se evidente que políticas públicas de fortalecimento de vínculos, como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), são essenciais para o território.

A literatura científica analisada demonstra de forma consistente que a convivência e a participação em atividades coletivas são elementos de proteção na velhice. Wichmann et al. (2013) enfatizam que grupos de convivência diminuem o isolamento social, fortalecem redes de apoio e melhoram a autoestima, aspectos fundamentais para pessoas idosas residentes em municípios pequenos e com poucas opções de lazer e socialização. Da mesma forma, estudos sobre oficinas de memória e atividades culturais (OLIVEIRA et al., 2021) mostram que práticas significativas contribuem para a construção de identidade, valorização de histórias de vida e fortalecimento das relações intergeracionais.

Outro ponto importante identificado pela literatura diz respeito ao protagonismo social da pessoa idosa. Francisco e Pinheiro (2018) afirmam que atividades coletivas ampliam a cidadania, permitindo às pessoas idosas ocupar espaços sociais ativos e participar da vida comunitária. Em cidades como Pedranópolis, que possuem forte tradição comunitária e vínculos de vizinhança, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) tem potencial de

promover esse protagonismo ao oferecer espaços de fala, convivência e participação. Assim, a política contribui para romper estereótipos de passividade associados à velhice e para reafirmar a pessoas idosas como sujeito de direitos.

Além disso, a intersetorialidade aparece como elemento crucial para a eficácia do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Pereira e Almeida (2020) demonstram que o impacto do serviço é ampliado quando há articulação com políticas de saúde, educação, cultura e esporte. No município de Pedranópolis/SP, essa articulação se mostra particularmente necessária devido às limitações socioeconômicas e institucionais típicas de pequenos municípios. A literatura indica que, quando bem articulado, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) não apenas promove a convivência, mas se integra a ações de prevenção, cuidado e promoção social, ampliando resultados.

Em síntese, a triangulação entre dados estatísticos, documentos públicos e estudos científicos permite concluir que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) se configura como política pública fundamental para a promoção da inclusão social da pessoa idosa no município de Pedranópolis/SP. O conjunto de evidências aponta que, diante do envelhecimento acelerado, da fragilidade econômica e da vulnerabilidade relacional identificados, a convivência organizada em grupos se torna não apenas desejável, mas indispensável para assegurar dignidade, autonomia e pertencimento às pessoas idosas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas ao longo deste estudo permitiram compreender, de maneira ampla, a relevância do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no processo de inclusão social da pessoa idosa, especialmente em contextos municipais de pequeno porte, como o município de Pedranópolis/SP/SP. A partir do levantamento de dados bibliográficos, estatísticos e documentais, observou-se que o município apresenta um quadro demográfico marcado pelo rápido envelhecimento da população, pela redução da base jovem e pela crescente predominância de pessoas idosas, fenômeno já identificado por Camarano (2020) como típico das cidades que vivenciam “envelhecimento por esvaziamento”. Esses elementos reforçam a centralidade das políticas públicas de convivência no território.

Constatou-se também que o município de Pedranópolis/SP registra vulnerabilidades socioeconômicas significativas, entre elas baixa renda per capita, dependência de transferências públicas e um percentual elevado de pessoas idosas vivendo sozinhas. Esses fatores, discutidos por autores como Neri (2014) e Minayo (2015), revelam que o envelhecimento, nesses contextos, é permeado por fragilização de vínculos, maior risco de isolamento social, redução de participação comunitária e dificuldades de acesso a políticas sociais. Diante disso, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) se apresenta como política essencial para mitigar riscos e ofertar proteção social básica a essa população.

A literatura analisada evidenciou que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) promove benefícios amplamente reconhecidos pela gerontologia e pelo campo da assistência social, como fortalecimento de redes de apoio, promoção da autonomia, estimulação cognitiva, construção de identidade e valorização das histórias de vida. Estudos como os de Wichmann et al. (2013), Pereira e Almeida (2020) e Oliveira et al. (2021) demonstram que a convivência coletiva melhora a autoestima, reduz sentimentos de solidão e favorece um envelhecimento mais ativo e participativo. Tais achados dialogam diretamente com a realidade de municípios como Pedranópolis/SP, em que os espaços públicos de

socialização são limitados e a atuação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) se torna ainda mais impactante.

Além disso, a análise documental realizada reforça que o município mantém iniciativas regulares voltadas ao público de pessoas idosas, indicando que há base institucional para o funcionamento de ações de convivência. Embora este estudo não utilize dados internos do equipamento, as evidências públicas mostram que o município promove atividades socioculturais, eventos coletivos e ações intergeracionais, aspectos coerentes com as diretrizes da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009). Esses elementos reforçam a pertinência do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no território e apontam para seu potencial de fortalecimento de vínculos comunitários.

Em síntese, pode-se afirmar que, diante das condições demográficas e socioeconômicas do município de Pedranópolis/SP, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) configura-se como política indispensável para a promoção da inclusão social da pessoa idosa. Os dados analisados indicam que o serviço contribui para prevenir situações de isolamento, ampliar oportunidades de participação e assegurar direitos previstos no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003). O serviço, portanto, não apenas atende demandas imediatas, mas integra estratégias mais amplas de promoção de cidadania, fortalecimento comunitário e dignidade humana.

Por fim, destaca-se que este estudo, ao utilizar exclusivamente fontes bibliográficas e dados públicos, reafirma a importância da produção acadêmica comprometida com o rigor metodológico e a ética na pesquisa. Espera-se que as reflexões apresentadas possam subsidiar futuras análises, orientar aprimoramentos na política de convivência no município e estimular novas investigações sobre os desafios e potencialidades do envelhecimento em pequenos territórios.

REFERÊNCIAS

- ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 25 fev. 2025.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.
- BERQUÓ, E.. **Envelhecimento populacional no Brasil: desafios demográficos e sociais**. São Paulo: Fundação Seade, 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Diário Oficial da União, Brasília, 08 dez. 1993.
- BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Estatuto da Pessoa Idosa. Diário Oficial da União, Brasília, 03 out. 2003.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília: MDS, 2005.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2009.
- CAMARANO, A. A. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.
- CAMARANO, A. A. **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: IPEA, 2019.
- CAMARANO, A. A. **Transição demográfica e envelhecimento populacional no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2020.
- CANGUILHEM, G.. **O normal e o patológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- CARVALHO, M.C.B.. **Gestão social e política pública**. São Paulo: Cortez, 2016.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília, DF: CFESS, 1993.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295–316.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de construção cultural. São Paulo: Edusp, 1999.

FRANÇA, L. H. F. P.; SOARES, D. H. P.. Envelhecimento ativo, qualidade de vida e políticas públicas. **Revista Kairós-Gerontologia**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 9–25, 2019.

FRANCISCO, D. J.; PINHEIRO, M. M. de L. Participação social e cidadania de pessoas idosas em espaços coletivos. **Revista Kairós**, v. 21, n. 1, p. 33-52, 2018.

FUNDAÇÃO SEADE. **Perfil dos Municípios Paulistas – Pedranópolis**. São Paulo: Seade, 2022. Disponível em: <https://perfil.seade.gov.br>. Acesso em: 25 fev. 2025.

FUNDAÇÃO SEADE. **Retratos de São Paulo: Envelhecimento e condições de vida**. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: Resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados: Pedranópolis (SP)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: 25 fev. 2025.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades sociais no envelhecimento brasileiro**. Brasília, DF: IPEA, 2021.

MANZINI, E. J. Entrevista semiestruturada: reflexões e contribuições. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 26, n. 2, p. 245–258, 2003.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2015.

NERI, A. L. **Qualidade de vida na velhice**: enfoque multidisciplinar. Campinas: Alínea, 2014.

OLIVEIRA, R. S. de; SOUSA, E. F.; COSTA, J. R. Oficinas de memória e convivência como estratégia de promoção do envelhecimento ativo. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 13, n. 1, p. 145–159, 2021.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Relatório Mundial sobre Envelhecimento**. Nova York: ONU, 2022.

PASSETTI, E.. **Políticas de envelhecimento e controle social**. São Paulo: Cortez, 2017.

PEREIRA, A. B.; ALMEIDA, M. H. de. Intersetorialidade e políticas públicas para idosos. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, v. 4, n. 2, p. 97–116, 2020.

ROWE, J. W.; KAHN, R. L. **Successful aging**. New York: Pantheon, 1997.

SANTOS, F. R.; FERREIRA, M. A.; LOPES, A. C. Grupos de convivência e autonomia na velhice. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 26, n. 1, p. 1–12, 2023.

SOUZA, J. V.; KANTORSKI, L. P. Redes sociais e suporte emocional na velhice. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 144–158, 2019.

WICHMANN, F. M. A.; FILIPPIN, N. T.; DORING, M. Grupos de convivência para idosos: contribuições para a saúde e para a vida social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 8, p. 2213–2223, 2013.

YAZBEK, M. C.. **Classes subalternas e assistência social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.